Assembleia Geral Extraordinária de 12/5/2016

Documento-base

Apresentação

O presente documento tem como objetivo subsidiar as discussões dos Peritos Federais Agrários em sua reunião a ser realizada em 12/5/2016, em atenção ao Edital de Convocação nº 2/2016 do SindPFA.

Objeto do Edital de Convocação nº 2/2016 do SindPFA

1) *Informes sobre a questão salarial;*
2) *Discutir sobre uma proposta de Carta dos Peritos Federais Agrários ao eventual novo governo e ações de mobilização;*
3) *Discutir sobre o II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários.*

O SindPFA, como de praxe, atua respeitando o Estatuto que lhe rege, e preza por levar os assuntos que envolvem a Carreira e ouvir a voz da categoria por meio de sua mais ampla base, a Assembleia Geral.

A seguir algumas considerações sobre cada ponto do edital de convocação da Assembleia Geral.

1) Informes sobre a questão salarial

A última reunião do SindPFA com o Ministério do Planejamento ocorreu em 1º de abril de 2016. Na ocasião, o Planejamento apresentou haver uma nova sistemática de acordos:

a) 21,3% acumulados em 4 anos (rejeitado em Assembleia Geral em setembro de 2015);
b) 10,8% (apresentado e aprovado em Assembleia Geral em dezembro/2015); e
c) 27,9% acumulado em 4 anos, sendo 5,5% em Ago/2016, 6,99% em Jan/2017, 6,65% em Jan/2018 e 6,31% em Jan/2019 (proposta não debatida pela categoria até então).

Nisso, o SindPFA foi sondado na ocasião pelo então Secretário Sérgio Mendonça sobre a possibilidade de aceitar a proposta de 27,9%. Tal proposta só tinha sido oferecida até então ao grupo de subsídio e aos Médicos Peritos da Previdência Social, que já a aceitaram.

No debate, o SindPFA pautou a importância de outras buscas específicas, tais como a redução de níveis para 13, a mudança da nomenclatura do cargo para Perito Federal Agrário e o aumento gradativo da participação do VB a 60% da remuneração ao final do período de vigência do acordo, itens aprovados em Assembleia em 2015.

A resistência ficou no primeiro item, e sobre os demais havia dependência de conversas com o Incra e do MDA. Desde então, muitas conversas foram feitas com ambos os órgãos para essa interlocução.

Destaque-se que, voltando da Reunião, o Diretor Presidente do SindPFA, Sávio Feitosa, esteve com a Presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, que manifestou seu apoio à questão em plena reunião do Conselho Diretor do órgão. Em seguida, fez contato com o Secretário Executivo Adjunto do MDA, Rafael Oliveira, responsável pelas articulações com as entidades representativas dos servidores, que também firmou apoio à demanda.

O passo seguinte seria nova reunião com o Planejamento para oferta oficial da proposta, prometida para a semana seguinte. Embora reiteradas tentativas, não houve tal reunião e também não houve apresentação formal dessa proposta. Na última semana de abril, provocado pelo SindPFA, o Secretário Executivo Adjunto do MDA entrou em contato com o Planejamento novamente, e obteve a promessa de que o SindPFA será chamado na semana passada para a assinatura do acordo.

Dada a iminência do afastamento da Presidente da República e, consequentemente, a inviabilidade temporal (nos tempos estatutários) de convocar a Assembleia Geral a deliberar sobre essa nova proposta a tempo de assinar o acordo – caso ela fosse apresentada formalmente ao SindPFA –, a Diretoria Colegiada resolveu contatar os Delegados Sindicais para promover uma espécie de consulta prévia às bases sobre a aceitabilidade de uma proposta nesses termos para, havendo resultado positivo, ter a legitimidade de assinar um acordo quando e se chamado. Em caso de resposta negativa, o SindPFA, se chamado, pleitearia a assinatura do acordo já aprovado pela base, de 10,8%.

Para a Diretoria Colegiada, essa eventual proposta, com ou sem os demais itens buscados, mostrava-se interessante porque, dada a nebulosidade política do que está por vir, poderemos não ter reajuste ou mesmo a possibilidade de negociar num governo de transição até 2018.

O resultado da Consulta Prévia foi positivo para a proposição, com 27 SRs a favor, 1 contra, 1 empate e 2 sem resposta. Tabela em anexo.

Todavia, não houve convocação pelo Planejamento para tratar a questão. Nem para os PFAs, nem para os demais setores ainda sem acordo: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Diplomatas, Analistas de Infraestrutura (do DNIT) e Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS).

Vários contatos foram realizados com a Secretaria responsável, que alegou que "não poderia chamar para oferecer uma proposta por falta de autorização do Ministro" e que, se o fizessem, teriam os acordos "barrados na SOF" [Secretaria de Orçamento Federal]. Edina (substituta de Sérgio Mendonça) disse que somente foi possível tratar com as polícias (PF e PRF), mas que, diante da desautorização do governo, tiveram de retirar a proposta.

A leitura da questão passa justamente pelo aspecto orçamentário. Embora se pensasse que o governo assinaria os acordos para deixar o "abacaxi" para o Temer, incorreria no mesmo erro de que é acusado na tese do impeachment e que nega fazer, até porque dependem de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, já em vigor (caminho semelhante ao percorrido por nós em 2014).

Situação atual: infelizmente, chegamos ao novo governo sem acordo salarial assinado e sem projeto de Lei em andamento para o reajuste. Também os profissionais da Receita Federal e os médicos peritos do INSS, que até conseguiram fechar acordos, não tiveram encaminhamento de Projeto de Lei.

O cenário ainda é muito incerto para o que poderá ocorrer em relação aos reajustes para todo o funcionalismo. Não há garantia alguma de cumprimento nem para os que já assinaram os acordos no ano passado, especialmente da parcela de agosto de 2016, tendo em vista a realidade econômica, as notícias recentes e os projetos de lei que sequer foram analisados até então. Aliás, é bastante plausível que, se não deixasse o poder, o próprio governo Dilma teria de "mexer" em todos os acordos assinados.

O tratamento da questão será melhor clareado nos primeiros atos e declarações do novo governo. O SindPFA sabe que é algo absolutamente prioritário e acompanhará com a devida atenção. Na semana que vem, reúne-se com outras entidades na mesma situação na Assembleia Geral do Fonacate, para discutir o tema e ações em nível de grupo de colegiado.

2) Discutir sobre uma proposta de Carta dos Peritos Federais Agrários ao eventual novo governo e ações de mobilização

Para além da questão salarial, sabemos – a duras penas – que qualquer avanço de carreira acompanha o avanço institucional. Nisso reside nossa desventura atualmente, pois estamos num órgão extremamente frágil na estrutura governamental, que sempre está no rol de possíveis mudanças, reformas ou extinções toda vez que isso é ventilado por algum governo.

Há anos, vivemos de boatos de que ora vai mudar isso, ora vai mudar aquilo, ora será extinto, ora fica como está. Recentemente, promessas de mudanças no regimento interno e reestruturação por iniciativa da Presidente do órgão tornaram-se um imenso burburinho que restou inútil: fora do governo, estes "anseios" daquela direção novamente não resultaram em nada. Até hoje, exemplo, não foi finalizado o GT de reestruturação das carreiras do Incra, um claro engodo institucional criado pela direção do órgão.

Assim, é necessário evidenciar um fato (até meio óbvio, mas que muitos ainda não perceberam): não temos futuro num órgão que não tem futuro. Um Incra como está, que cuida de uma política que não é interesse do governo (não somente este que está aí).

Acreditar em novos "boom's" de obtenção de terras ou da reforma agrária clássica é quase utopia e, ainda que se prometam ou ocorram, não passarão de paliativos que darão, no máximo, sobrevidas pontuais ao órgão, mas não garantem seu futuro. A imagem que a autarquia construiu e tem perante a sociedade é a pior possível e, decerto, é irreversível livrar-se dessa pecha.

O problema é que estamos umbilicalmente ligados a esse Incra e, portanto, precisamos mudá-lo de lugar nesse tabuleiro para também mudarmos de lugar.

Esse paradigma permeou as discussões da Diretoria Colegiada, que se reuniu no início de março para alinhar estratégias e iniciar um cronograma de ações, incluindo a realização do II CNPFA.

Entretanto, para conseguir alterar a realidade, somente com a união de forças de vários setores da sociedade, um jogo político pesado que exigirá de nós disposição, amadurecimento, coesão, a formação de lideranças convictas para promover essas conversas e movimentos e a universalização desse pensamento na categoria. Do contrário – é preciso deixar claro – não adianta 'grevar', espernear, sempre teremos de nos contentar com 5% aqui, 5% ali.

Nesse viés, a Diretoria Colegiada tem adotado uma prática de trazer PFAs a Brasília para contatos com parlamentares e setores de interesse. Na última semana, estiveram em Brasília-DF os PFAs Ederson Bruscke (SR-17/RO) e Luciano Rodrigues (SR-26/TO). Nesta, Haroldo Araújo (SR-23/SE) e Renato Faccioly (SR-29/MSF). Na próxima, Teresinha Aguiar (SR-18/PB) e Djalmary Souza (SR-15/AM).

Tem realizado ainda visitas às regionais para provocar essas discussões. Recentemente, visitou as SRs de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Outras já estão programadas. Entretanto, é preciso ir além, inclusive e principalmente com a participação dos demais.

Pela primeira vez em vários anos, com a radicalidade das mudanças conjunturais na política, existe a possibilidade real de uma mudança significativa no Incra e na condução da política agrária.

Praticamente todos os cenários macros são ruins para os Peritos Federais Agrários; mas talvez o pior deles seja continuar como está. A única forma de mitigar essas possibilidades ruins e potencializar um futuro diferente do próprio órgão é "aparecer", propor e se posicionar. "Quem não é visto, não é lembrado", já dizia a popular máxima.

É imperioso ressaltar, porém, que essa não é uma missão restrita à Diretoria Colegiada e aos Delegados Sindicais, mas a todos os integrantes da Carreira. É preciso, então, que renovemos nosso compromisso pessoal com a causa e busquemos reunir os colegas para promover essa discussão, conseguirmos fazer as interlocuções necessárias e chegar amadurecidos no II CNPFA, que, oxalá, nos ajudará a realinhar estratégias, a formar lideranças e renovar o espírito de luta.

Para este momento emblemático, a Diretoria elaborou uma minuta de uma Carta dos Peritos Federais Agrários ao novo eventual governo (que segue em anexo), de modo a se posicionar sobre o que pensa para os rumos que deve tomar a política agrária. A intenção é que, mais do que expectadores, precisamos fazer parte das necessárias mudanças que estão por vir.

Pede-se, pois, a sua leitura em Assembleia e a contribuição dos PFAs, na própria reunião ou, no máximo, **até a sexta-feira, 13/5/2015**, observado o devido senso de oportunidade para a questão. Pede-se que as contribuições sejam discutidas localmente e reflitam o pensamento do conjunto de PFAs de cada regional, substanciadas em Ata. A Diretoria, com base nelas, formatará o texto final e dará o prosseguimento.

Ressalte-se que essa linha de pensamento resulta das contribuições do I CNPFA, das campanhas realizadas, da experiência sindical e da leitura do contexto, mas que, necessariamente, deve ser aprofundada e amplamente discutida até o II CNPFA. Não esquecer que essa Carta é um documento preliminar, para abrir as discussões com o novo governo, e, portanto, não pode ser muito específica nem prolixa demais. Deve ser, sobretudo, clara politicamente e objetiva.

Nessa esteira, a Diretoria também conclama os PFAs a discutir e promover ações de mobilização que podem somar-se a essa iniciativa e, principalmente, auxiliar nos necessários contatos para "plantar" a mudança e tentar pautá-la de modo que nos contemple favoravelmente. Não há outros que possam fazer esse trabalho por nós.

Propõe-se que essa reunião da Assembleia Geral também sirva para:

- Mapear instituições (Sindicatos, Universidades, Associações de Eng. Agrônomos, CREAs, etc.), líderes partidários locais, pensadores ligados à temática;
- Realizar e estreitar esses contatos e relatoriar as experiências;
- Agendar reuniões para discussão do texto inicial do Congresso e da proposta do SindPFA para uma nova governança agrária;
- Informarà Direção do Sindicato os PFAs dispostos a ir a Brasília para os contatos parlamentares.

3) Discutir sobre o II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários

A realização do II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários (CNPFA) foi determinada pela Diretoria Colegiada, em reunião realizada no início do mês de março, conforme lhe confere o Estatuto, por meio de Resolução, para o período de 28/11 a 1/12/2016.

O I Congresso foi realizado em maio de 2011 e o Estatuto do SindPFA determina sua realização preferencialmente de forma bianual, pois é o instrumento para definir "as diretrizes gerais e propostas de atuação do SindPFA até a realização do CNPFA seguinte".

Para sua realização, são feitos depósitos compulsórios mensais determinados desde a primeira edição, aplicados em conta específica para este fim. Atualmente, o saldo para a realização do Congresso já é muito mais do que o suficiente para realizar uma edição.

A Comissão Organizadora, composta pelos PFAs Ana Nascimento (SR-10/SC), André Dosualdo (SR-08/SP), Emanuel Oliveira (SR-23/SE), Emerson Alencar (SR-29/MSF) e Ricardo Pereira (SR-28/DFE), já se reuniu na última semana para as primeiras decisões do Congresso. Eles receberam inclusive a visita do PFA Luiz Pimenta (SR-04/GO), que coordenou a primeira edição e ajudou a "clarear as idéias".

O grupo trabalhou na última semana na elaboração de um primeiro texto (em anexo) para a discussão da categoria nesta Assembleia e na minuta de um Estatuto do Congresso, que deverá ser aprovado pela Diretoria Colegiada. Pede-se, portanto, a leitura desse texto e a realização de discussões e apresentação de contribuições **até o dia 25/5/2016**.

Em sua nova reunião, a ser realizada de 30/5 a 3/6, a Comissão Organizadora as analisará, com vistas à consolidação de um texto-base para o evento.

O Congresso também será precedido de um Concurso de Monografias sobre sua temática, com premiação, a ser lançado tão logo consolidado o texto-base.

Para a Diretoria Colegiada, não há dúvida que o momento é oportuno para a realização do Congresso. E isso se dá inclusive pelos elementos apontados no item anterior desta reunião da Assembleia, além da premente necessidade de realinhar os eixos estratégicos de atuação da entidade e de remobilizar a categoria para os desafios atuais e vindouros.

Em vista das mudanças que estão ocorrendo na esfera política e que, certamente, se refletirão na instituição, o Congresso da categoria já está sendo um pouco atrasado, mas não deve deixar de ser realizado. A questão é discutir as mudanças ao tempo em que se possa participar delas, não depois de consumadas, quando pouca ou nenhuma interferência a categoria pode realizar.

É um evento interno, mas que dá visibilidade à categoria, a empodera e a aproxima de entes governamentais e da sociedade civil. Não há, na visão do colegiado, outra alternativa capaz de cumprir esse papel político no momento, nem mesmo de promover as discussões de forma ampla e possibilitar o alinhamento de estratégias em nível nacional, e não somente as visões localizadas da atuação dos Peritos Federais Agrários em cada regional.

Conclama-se, pois, toda a categoria, a participar desse processo.

Considerações finais

É esta, portanto, a proposta para reunião da Assembleia Geral na próxima quinta-feira, 12/5.

Aos Delegados Sindicais, lembra-se a necessidade de, após lavrada a Ata, escaneá-la e enviá-la à equipe do SindPFAe encaminhar a via original por malote ou Correios.

O SindPFA anseia pelo envolvimento da categoria nas questões propostas.

Brasília, DF, 11 de maio de 2016.

Diretoria Colegiada do SindPFA